

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.360.040 - MS (2018/0223997-4)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
EMBARGANTE : **ELISABETH MOROZ PEREIRA**
ADVOGADOS : **VLADIMIR ROSSI LOURENÇO - MS003674**
 MARIA APARECIDA COUTINHO MACHADO - MS009986
 THAÍS MUNHOZ NUNES LOURENÇO - MS019974
EMBARGADO : **VIACAO MOTTA LIMITADA**
ADVOGADOS : **ANTÔNIO CLETO GOMES - CE005864**
 RAFAEL CARNEIRO DE CASTRO E OUTRO(S) - CE017275
INTERES. : **SULINA SEGURADORA S/A**
ADVOGADO : **CHRISTIANE SANTALENA BRAMBILLA - SP173110**

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por ELISABETH MOROZ PEREIRA contra a decisão (fls. 761/768 e-STJ) que conheceu do agravo para não conhecer do recurso especial

A embargante afirma que ocorreu erro material na parte dispositiva da decisão embargada, visto que, na origem, foram arbitrados honorários advocatícios equivalentes a 20% (vinte por cento) do valor da condenação em seu favor.

Impugnação à fl. 782 e-STJ.

É o relatório.

DECIDO.

De início, registra-se, que o acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Com razão a embargante.

Nos termos do artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração são cabíveis para sanar obscuridade ou contradição ou, ainda, para suprir omissão verificada no julgado, acerca de tema sobre o qual o julgador deveria ter-se manifestado e, ainda, para a correção de eventual erro material do julgado.

No caso, de fato, existe erro material na parte dispositiva da decisão embargada.

Assim sendo, acolho os embargos de declaração para, corrigindo erro material, dar à parte dispositiva da decisão de fls. 761/768 e-STJ a seguinte redação:

"Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais já foram fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, por isso deixam de ser majorados, nos termos do art. 85, §§ 2º e 11, do Código de Processo Civil de 2015".

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília-DF, 18 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator

